

TRABALHO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO - RS

Resumo:

Este artigo analisa a existência do trabalho infantil no município de Passo Fundo, RS, e a perpetuação dos ciclos de pobreza. Para tanto, foi realizada uma pesquisa durante o primeiro semestre do ano de 2001, através de questionários aplicados em cinco vilas de baixo nível sócio-econômico. Os resultados apontaram a existência do trabalho infantil no município, sendo que diferencia-se quanto ao gênero, em que as atividades dos meninos são remuneradas já as das meninas é em menor grau, notou-se uma grande importância da renda gerada pelas crianças no orçamento familiar, tendo sido também comprovada a ocorrência dos ciclo de pobreza nas famílias estudadas.

Palavras chave: trabalho infantil, ciclo de pobreza, Passo Fundo.

Classificação JEL: J22

Abstract:

The article investigates the existence of children's work in the city of Passo Fundo, RS, Brazil as well as the perpetuation of poverty cycles in the area. Thus, a research has been developed during the first semester of 2001, when questionnaires were applied to the population of five low-income communities. The results have pointed to the existence of children's work as well as to the fact that it is differently remunerated: the boys activities are better paid than the girls ones. They have also pointed that the income generated by the children play an important role in the family budget. Finally, the occurrence of poverty cycles in the studied families has been proved.

Key words: Child labour, poverty cycles, Passo Fundo.

1. Introdução

As estatísticas derivadas de pesquisas domiciliares têm mostrado que o ingresso de crianças de 5 a 14 anos no mercado de trabalho tornou-se um grave problema no Brasil. Os reflexos disso estão associados ao desempenho escolar e as conseqüências futuras que dessa decisão podem advir. Mas, por que o trabalho infantil existe? Se essa pergunta fosse feita a diferentes pessoas, várias respostas alternativas surgiriam como “a renda do trabalho da criança complementa a renda da família”, “o trabalho tira as crianças das ruas e as insere no “bom caminho”, “é a única alternativa à marginalidade”, etc.

No fundo, subjacentes às respostas, a causa para a existência desse tipo de trabalho tem sido atribuída à pobreza¹. Famílias com baixa renda e pais com baixa escolaridade e sem emprego fixo propiciam um ambiente prejudicial às crianças e as induzem ao trabalho. Se mantidas essas condições, essas crianças são passíveis de perpetuar a situação de pobreza no futuro.

Acredita-se, contudo, que a conseqüência mais grave seja a privação que a criança está sujeita da sua infância e da sua dignidade, barrando seu acesso à educação e à aquisição de novas habilidades. Muitas vezes, o trabalho é realizado em condições

¹ Ver Barros, Mendonça e Velazco (1994): Is poverty the main cause of child work in urban Brazil?

deploráveis e prejudiciais ao desenvolvimento da criança (Vilela, 1998). No futuro, o resultado é a existência de um círculo vicioso de mão-de-obra não qualificada e descartável entre gerações. Estudos como os de Kassouf (2000, 2001) e Barros et alii (2000) indicam que, de forma geral, há um elevado grau de transmissão de pobreza por gerações seguidas e que, quanto menor a escolaridade do pai, maior a probabilidade de o filho começar a trabalhar precocemente.

No Brasil, segundo Kassouf (2000), em 1995 existiam quase 4 milhões de crianças entre 5 a 14 anos trabalhando e estas representavam mais de 11% da população nessa faixa etária. Em 1998, este número encontrava-se em torno dos 3 milhões. Embora esses números registrem uma tendência de queda, a participação das crianças e adolescentes na força de trabalho ainda mantém-se elevada. A julgar que essas crianças encontram-se defasadas nos estudos, não se interessam por escola, não brincam regularmente, não praticam esportes, enfim, não estão se desenvolvendo de forma harmoniosa para chegar à idade adulta preparadas para a vida (Sochaczewski, 1998) é necessário as autoridades tomarem medidas para combater esse problema.

A literatura tem dado ênfase na necessidade de combater o trabalho infantil por não concordar com os argumentos de que a renda gerada por esse tipo de trabalho ajuda de forma decisiva a família, ou que as atividades em que as crianças estão ocupadas caracterizam-se por serviços leves, eventuais e próprios da infância. Nesse sentido, alguns passos já foram dados. A Constituição Federal de 1988, por meio de alguns dispositivos, estabeleceu a obrigatoriedade da proteção dos direitos da criança e do adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente promulgado pela Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990, reitera no seu artigo 60 a proibição de qualquer trabalho a menores de 14 anos de idade. No âmbito do Governo Federal, O Ministério do Trabalho vem realizando ações de fiscalização para reprimir esta forma ilegal de trabalho, entre outras ações. (Vilela, 1998).

Ao considerar que as autoridades municipais possuem um melhor conhecimento de sua realidade, quais as medidas que essas autoridades poderiam tomar para amenizar o problema do trabalho infantil? Sem uma caracterização do perfil desse tipo de trabalho é impossível que as políticas implementadas com a finalidade de reduzi-lo possam ser eficientes. Assim, o objetivo do presente estudo é fazer um diagnóstico do trabalho infantil na cidade de Passo Fundo, RS. A contribuição do trabalho para a literatura consiste no uso de dados primários obtidos por meio de uma entrevista com as crianças, tendo em vista que os estudos realizados sobre o trabalho infantil no Brasil sempre utilizaram as informações das pesquisas domiciliares -PNAD-, da pesquisa do padrão de vida -PPV-, e da pesquisa mensal de emprego -PME. Além disso, os resultados encontrados permitiriam, de certa forma, uma melhor compreensão dos caminhos a serem seguidos visando um maior êxito na ampliação das medidas locais, com intuito de reduzir os problemas sociais como o nível de pobreza no município. Para tanto, o trabalho contém, além desta breve introdução, três partes. A primeira apresenta a caracterização da amostra utilizada, referindo algumas dificuldades encontradas na coleta de dados. A segunda centra-se na análise dos resultados e, por fim, a terceira parte, apresentam-se as considerações finais.

2. Caracterização da amostra

Em virtude da dificuldade em encontrar informações sobre a dimensão do trabalho infantil no município de Passo Fundo, bem como sobre o perfil das crianças que trabalham, realizou-se uma pesquisa, utilizando questionários com o objetivo de se obterem dados primários junto aos Centros de Juventude da Assistência Social Diocesana Leão XIII e em escolas públicas localizadas nos mesmos bairros desses centros de juventude. A realização da pesquisa em escolas públicas decorre da necessidade de comparar o rendimento escolar

das crianças que só estudam, que trabalham e estudam, que estudam e no turno inverso da escola estão em atividades sócio-educativas e as que trabalham, estudam e, no turno inverso da escola estão em atividades sócio-educativas.

Os questionários foram aplicados no mês de junho de 2001, considerando a quantidade existente de alunos nos Centros de Juventude de cada bairro. Na vila Victor Issler, foram aplicados 98 questionários; na vila São Luis Gonzaga, foram aplicados 94; na vila Ipiranga, foram aplicados 116; no bairro José Alexandre Zacchia, foram aplicados 208 e na vila Luíza, 64, totalizando 580 questionários, conforme apresentado no Quadro 1. Nele observa-se que o bairro José Alexandre Zacchia teve o maior número de crianças pesquisadas, o que se explica pelo fato deste ser o bairro mais populoso.

Quadro 1: Número de questionários aplicados distribuídos por região, gênero e faixa etária

Região	Masculino		Feminino		Não respondidos	Total
	7-9 anos	10-14 anos	7-9 anos	10-14 anos		
Vila Victor Issler	21	34	21	22	0	98
São Luís Gonzaga	6	27	16	40	5	94
Vila Ipiranga	13	42	25	28	8	116
José Alexandre Zacchia	25	59	42	78	4	208
Vila Luíza	16	15	11	22	0	64
Total	81	177	115	190	17	580

Fonte: Pesquisa realizada - junho 2001.

Os Centros de Juventude possuem localizações bem descentralizadas e são próximos às rodovias que contornam o município. Em virtude de o município de Passo Fundo não possuir bairros delimitados a localização é feita por regiões, conforme segue: vila Victor Issler, norte; vila Luíza, centro; bairro São Luis Gonzaga, leste; bairro José Alexandre Zacchia, noroeste; vila Ipiranga, sudoeste do município, sendo que, dentre eles o bairro Zacchia é o maior e a vila Luíza, a mais próxima do centro do município.

Embora existam crianças trabalhando a partir dos 5 anos, optou-se em pesquisar crianças cuja idade encontra-se na faixa etária de 7-14 anos, uma vez que esse período representa a idade escolar. As informações coletadas por meio dos questionários têm como base os diversos textos existentes sobre trabalho infantil e foram tabuladas levando em conta seguintes os critérios: (1) faixa etária, de 7-14 anos, pois com 7 anos o indivíduo ingressa no primeiro grau e com 14 anos completa, sendo que a análise foi feita em dois grupos, de 7-9 anos e de 10-14 anos; (2) gênero: masculino e feminino; (3) atividades desenvolvidas pelas crianças: crianças que só estudam, crianças que estudam e trabalham; (4) situação funcional dos pais: empregados, autônomos ou conta-própria, empregador, profissional autônomo de nível universitário, dono de negócio familiar, desempregado, do lar, aposentado; (5) rendimentos das crianças trabalhadoras e de seus pais: o rendimento das crianças foi dividido em até meio salário mínimo, um salário mínimo, até R\$210,00 (maior remuneração recebida), o rendimento dos pais foi considerado na totalidade, sem intervalos; (6) raça: branca, parda, negra; (7) ocupações das crianças trabalhadoras: servente de pedreiro, doméstica, empregado rural, soldador, jardineiro, cuidar de crianças, carregador de caminhão, biscateiro, lavador de carros, entregador de panfletos ou jornal, vendedor de picolé, trabalhador de mini e supermercado, catador de papel, carpinteiro, borracheiro, participante do programa aprendiz de cidadão desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Passo Fundo – Sencas; (8) anos de escolaridade: total de anos dedicados à escola; idade com que os pais das crianças trabalhadoras começaram a trabalhar.

É importante salientar que, como os questionários foram respondidos pelas crianças e pelos seus pais, as informações como idade com que os pais começaram a trabalhar e os salários dos mesmos não foram preenchidos em todos os questionários, fato evidenciado quando se analisou a participação da renda gerada pelas crianças trabalhadoras na renda familiar, em que sete participantes não possuíam a informação do salário dos pais, tendo, então, de serem desconsiderados para a análise deste item.

Houve, também, o caso de quatro participantes - dois empregados rurais e dois empregados domésticos - que recebem salário *in natura*, ou seja, ao invés de receberem em moeda corrente, recebem na forma de roupas, calçados, leite, ovos, verduras, etc. Nesse caso, considerou-se que essas pessoas não recebem remuneração, dada a dificuldade de se atribuir um valor. Por fim, cumpre mencionar a inclusão da variável “outros”, que se refere aos responsáveis pelas crianças que não residem com os pais naturais, pois 18 crianças entrevistadas encontravam-se nesta situação.

3. Análise dos resultados

3.1 Trabalho infantil

Distinguir as crianças que estudam e trabalham daquelas que apenas estudam é de fundamental importância, principalmente para poder associá-las aos problemas decorrentes da relação educação versus trabalho. Assim, por meio do Quadro 2, percebe-se que das crianças com a faixa etária entre 7-9 anos, 18,09% trabalham. Esse percentual aumenta no intervalo da faixa etária, 10-14 anos, atingindo 26,87% das crianças. Tal resultado possibilita inferir que a medida que a faixa etária aumenta, maior é a inserção das crianças no mercado de trabalho.

Quadro 2: Percentual das crianças trabalhadoras e não trabalhadoras, por faixa etária

Crianças	Idade	
	7-9	10-14
Trabalhadoras	18,09%	27,00%
Não trabalhadoras	82,91%	73,00%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa realizada - junho 2001.

Essa evidência é uma característica presente em quase todas as pesquisas sobre o trabalho infantil. Por exemplo, estudos realizados pelo Ministério de Trabalho, 1995, através da PNAD, apontaram que 3,6% das crianças entre 5-9 anos de idade estavam trabalhando, percentual elevado para 18,7% na faixa etária de 10-14 anos. A diferença apresentada nos resultados de nossa pesquisa em relação as estimativas da PNAD tem como justificativa o fato de que a pesquisa realizada em Passo Fundo teve o seu foco direcionada para a caracterização do trabalho infantil. Mas qual a razão para que a proporção de crianças que trabalham aumenta com a idade? Barros e Silva (1991) apontaram algumas razões para esse crescimento: a crescente atratividade do mercado de trabalho, em consequência do crescimento da produtividade; melhores ofertas de emprego, em virtude da redução das restrições legais para o trabalho em razão do aumento de idade; a tendência de a escola ser menos atrativa, principalmente devido ao baixo desempenho e à insatisfação do indivíduo; e a necessidade de um orçamento próprio.

A distribuição das crianças trabalhadoras por bairros e faixa etária pode ser vista na Quadro 3. Verifica-se que o bairro José Alexandre Zaccchia possui o maior percentual de participação na faixa etária de 7-9 anos (29,41%) e na de 10-14 anos (36,08%), seguida da vila Ipiranga com 26,47% na faixa de 7-9 anos, e pela São Luis Gonzaga com 23,71%, na

faixa de 10-14 anos. Por ser o bairro José Alexandre Zácchia o mais populoso, esse resultado não poderia ser diferente.

Quadro 3: Distribuição das crianças trabalhadoras por bairros e faixa etária

Região	7-9	10-14	Total
Vila Victor Issler	8,82%	10,31%	9,92
São Luís Gonzaga	11,76%	23,71%	20,61
Vila Ipiranga	26,47%	14,43%	17,56
José Alexandre Zacchia	29,41%	36,08%	34,35
Vila Luíza	23,53%	15,46%	17,56
Total	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa realizada - junho 2001.

A distribuição das crianças que trabalham por faixa etária e raça pode ser observada no Gráfico 1. Pode-se observar que, na faixa etária de 7-9 anos, 73,53% são brancos, 23,53% são pardos e 2,94% são negros.

Gráfico 1: Distribuição das crianças trabalhadoras de 7-9 anos por raça

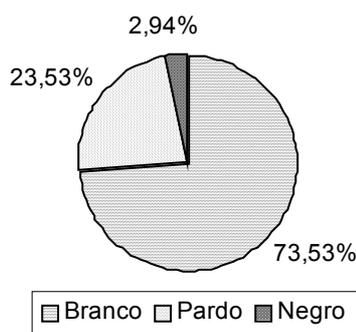
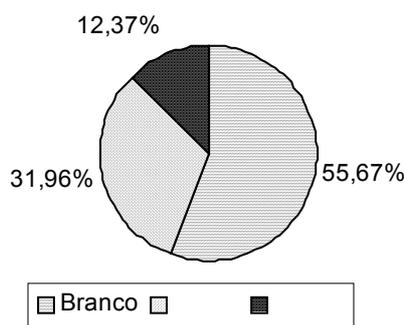


Gráfico 2: Distribuição das crianças trabalhadoras de 10-14 anos por raça



Fonte: Pesquisa realizada - junho 2001.

A distribuição das crianças trabalhadoras de 10-14 anos por raça pode ser vista no Gráfico 2. Na faixa etária de 10-14 anos, 55,67% são brancos, 31,96% são pardos e 12,37% são negros. Através dessas informações, verifica-se uma queda na participação de brancos ao ser comparada com as crianças na faixa etária de 7-9. Por outro lado, apresentou-se um expressivo aumento na participação dos negros e pardos. Talvez isso esteja ocorrendo porque, com o passar dos anos, a escola torna-se mais atrativa para os

brancos, devido a perspectivas futuras e para os negros e pardos o mercado de trabalho seja a única perspectiva.

A pesquisa realizada apontou que esse comportamento se repete em todos os bairros, sendo que, na vila Victor Issler e na Zácchia, as crianças negras ingressam no mercado de trabalho a partir dos 10 anos; na São Luís Gonzaga, os pardos e negros ingressam a partir dos 10 anos e na Vila Luíza os pardos ingressam a partir dos 10 anos, conforme verifica-se no Quadro 4.

Quadro 4: Distribuição das crianças trabalhadoras por vila, idade e raça

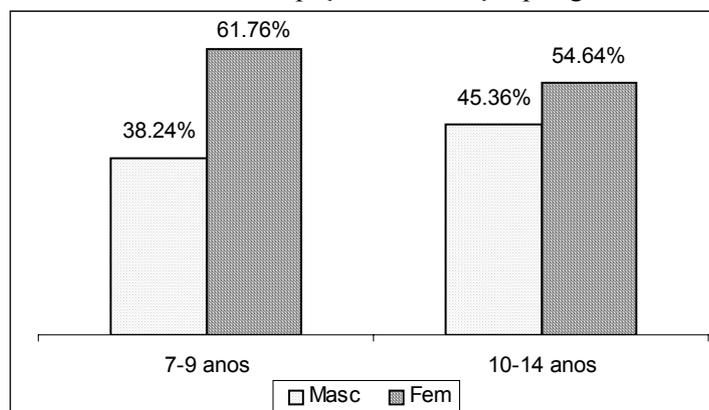
Vila Victor Issler	Idade 7-9	Idade 10-14
Branco	66,67%	50%
Pardo	33,33%	30%
Negro	0%	20%
Total	100%	100%
Vila São Luís Gonzaga	Idade 7-9	Idade 10-14
Branco	100%	82,61%
Pardo		4,35%
Negro		13,04%
Total	100%	100%
Vila Ipiranga	Idade 7-9	Idade 10-14
Branco	66,67%	57,14%
Pardo	33,33%	42,86%
Negro	0%	0%
Total	100%	100%
Bairro José Alexandre Zacchia	Idade 7-9	Idade 10-14
Branco	60%	45,71%
Pardo	40%	40%
Negro	0%	14,29%
Total	100%	100%
Vila Luíza	Idade 7-9	Idade 10-14
Branco	87,50%	35,71%
Pardo	0%	50%
Negro	13%	14%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa realizada - junho 2001.

O Gráfico 3 apresenta o percentual de participação das crianças por gênero. De imediato, verifica-se que o percentual de trabalhadores do sexo feminino é maior do que o do sexo masculino. Na faixa etária de 7-9 anos, a participação feminina é de 61,76%, enquanto a masculina atinge 38,24% e na faixa de 10-14 anos, a feminina é de 54,64% e a masculina de 45,36%. A diferença entre sexo feminino e masculino que aparece na faixa etária de 7-9 anos se reduz consideravelmente de 23,52% para 9,28% entre as crianças de 10-14 anos. Uma possível explicação para a diferença existente entre as crianças de 7-9 anos esteja relacionada com a quantidade de crianças do sexo feminino e masculino que

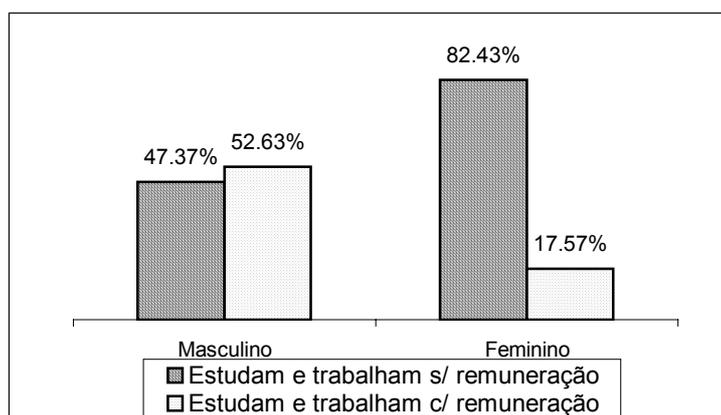
responderam ao questionário, em que do total da amostra, a proporção de meninos corresponde a 14,38% contra 20,42% das meninas.

Gráfico 3: Participação das crianças por gênero



Fonte: Pesquisa realizada - junho 2001.

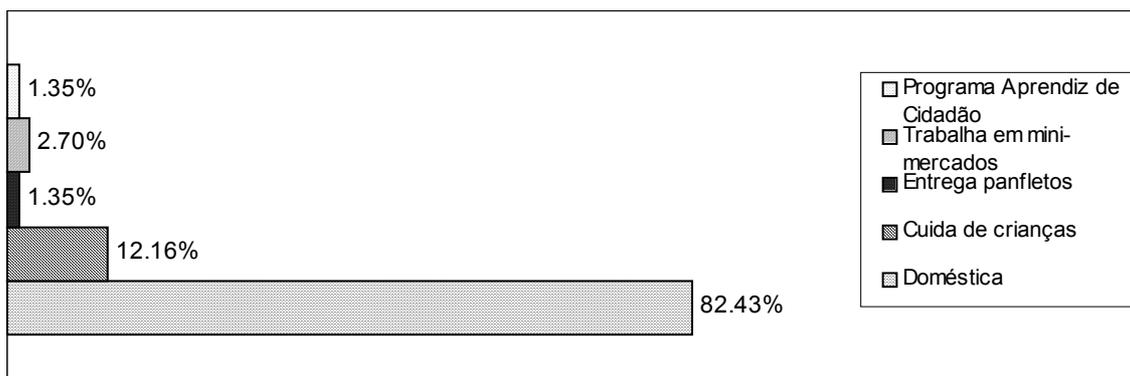
Gráfico 4: Percentual de crianças de 7-14 anos trabalhadoras e remuneradas por gênero



Fonte: Pesquisa realizada - junho 2001.

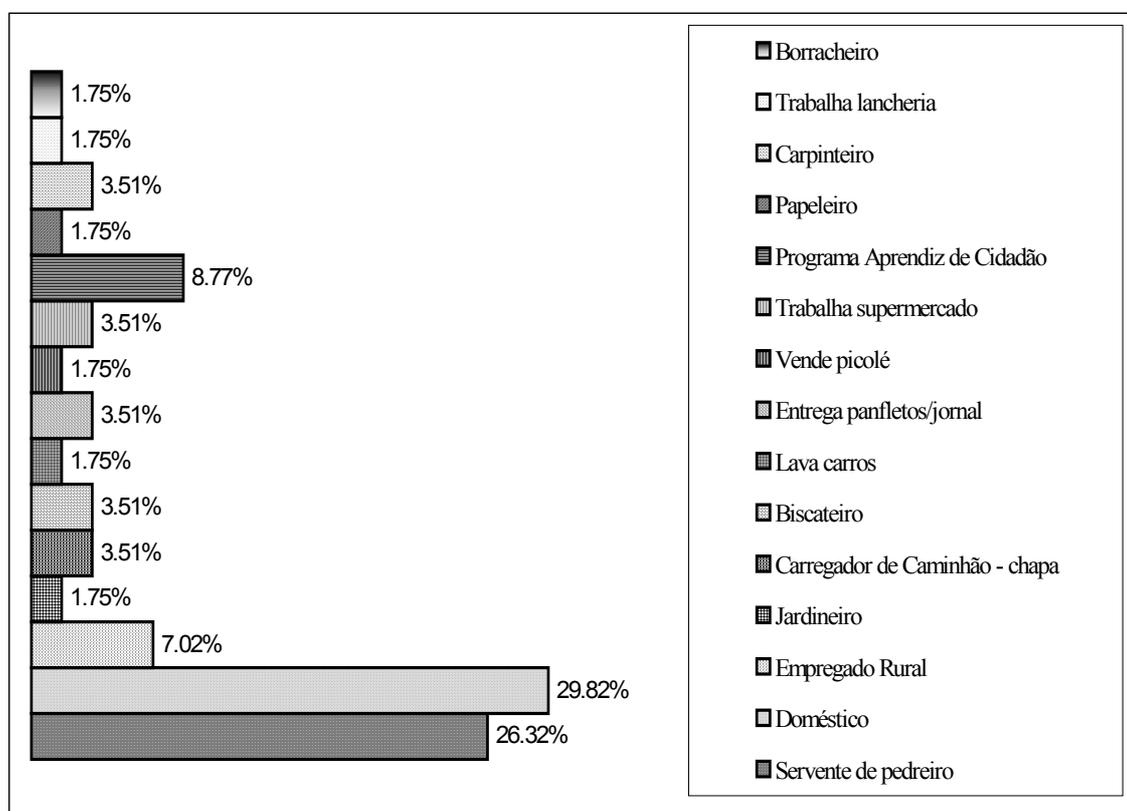
Entretanto, no Gráfico 4, quando se analisa o percentual de crianças de 7-14 anos por gênero que trabalham e recebem remuneração, evidencia-se que 52,63% dos meninos de 7-14 anos que trabalham recebem remuneração, enquanto somente 17,57% das meninas trabalhadoras recebem remuneração. Tal fato pode ser explicado pelo tipo de trabalho desempenhado pelas meninas, ou seja, o doméstico o qual é mostrado no Gráfico 5. Pode observar-se que o trabalho em casa representa 94,59% das ocupações sendo que 82,43% são domésticas e 12,16% cuidam de crianças. Em ambos os casos, essas meninas em sua maioria, substituem suas mães, as quais 66,94% trabalham e 33,06% não trabalham, são do lar ou desempregadas. Considerando essas informações é possível inferir que trata-se de uma atividade, basicamente, desempenhada pelo sexo feminino, independente da faixa etária analisada. Essa constatação torna-se preocupante quando associamos a análise de Barros et alli (2000) que mostra que o trabalho doméstico é mais prejudicial à escolaridade do que qualquer outro tipo de ocupação. “...o trabalho doméstico tem um grande impacto sobre a escolaridade, com aqueles que iniciaram como empregados domésticos tendo em média 1.6 anos de estudo a menos que aqueles que começaram a trabalhar em outras ocupações.” (Barros et alii, 2000).

Gráfico 5: Distribuição das ocupações femininas



Fonte: Pesquisa realizada - junho 2001.

Gráfico 6: Distribuição das ocupações masculinas



Fonte: Pesquisa realizada - junho 2001.

A distribuição das ocupações masculinas pode ser vista no gráfico 6. As principais ocupações das crianças são de domésticos 29,82% e de servente de pedreiro, que representam 26,32%. Apesar da ocupação doméstica figurar como a atividade, cuja proporção representa a maior em relação as outras atividades, ao ser comparada com a proporção de trabalho doméstico exercido pelas meninas, o resultado corrobora com a afirmação de que essa ocupação é de predomínio do sexo feminino. O fato de os meninos possuírem maior percentual de remuneração pode ser explicado pela grande parcela de pais trabalhadores autônomos ou por conta-própria, o que já foi evidenciado em outros estudos que apontam terem essas crianças maior facilidade de inserção no mercado de trabalho.

A distribuição das ocupações masculinas permite uma análise dos riscos e condições que o trabalho infantil está sujeito. Ocupações como de carregador de caminhão, servente de pedreiro, borracheiro e carpinteiro, são exemplos das atividades que podem trazer conseqüências para saúde em uma fase adulta da vida das crianças. “A razão é que, os locais de trabalho, equipamentos, móveis, utensílios e métodos não foram projetados para utilização por crianças, mas sim, para adultos. Portanto, pode haver problemas ergonômicos, fadiga e maior risco de acidentes.” (Kassouf, 2000). Dessa forma, o trabalho infantil não estaria apenas afetando os possíveis rendimentos futuros, mas tendo conseqüências sobre a saúde das crianças.

Quadro 5: Ocupação das mães

Crianças	Ocupação das mães (%)							
	Empregado	Autônomo ou conta própria	Empregador	Desempregado	Do lar	Aposentado	NR	Total
Que trabalham	46,36	6,62	0,66	9,27	17,22	-	19,87	100
Não trabalham	42,89	6,99	1,40	6,29	34,27	0,93	7,23	100

Fonte: Pesquisa realizada - junho 2001.

As informações sobre a ocupação dos pais são importantes e podem auxiliar na compreensão da situação atual das crianças. O Quadro 5 mostra a ocupação das mães e o percentual de crianças de 7-14 anos trabalhando ou não. Pode-se observar que a população de crianças trabalhadoras que possuem mães na categoria de autônomos ou conta-própria corresponde a um percentual de 6,62% e de mães, desempregadas corresponde a 9,27%. Destaque deve ser dado para as mães que se encontram na categoria empregado para as crianças que trabalham e aquelas que não trabalham. Embora o percentual seja ligeiramente superior em favor do primeiro grupo, a informação subjacente a ele pode ser relevante. Esse resultado permite inferir que os salários recebidos por essas mães sejam baixos, induzindo os filhos a ofertar mão-de-obra no mercado de trabalho com objetivo de ampliar essa renda.

A ocupação do pai pode ser vista por meio no Quadro 6. A proporção de crianças que trabalham cujos pais encontram-se na categoria de conta-própria ou autônomo é de 21,18% e de pais desempregados correspondem a 8,24%. Impressiona a diferença que existe de pais empregados entre os dos grupos de crianças. Ou seja, a proporção de pais que estão empregados e cujos filhos trabalham é menor do que aqueles pais empregados e que possuem filhos que não trabalham. Imagina-se que o nível de rendimentos dos primeiros é baixo, o que induz as crianças ao trabalho infantil como uma forma de complementar a renda da família.

Quadro 6: Ocupação dos pais

Crianças	Ocupação do pai (%)							
	Empregado	Autônomo ou conta própria	Empregador	Desempregado	Do lar	Aposentado	NR	Total
Que trabalham	35,29	21,18	1,18	8,24	-	2,35	31,76	100
Não trabalham	50,98	20,00	3,42	9,51	0,24	2,68	13,17	100

Fonte: Pesquisa realizada - junho 2001.

Uma comparação entre os Quadros 5 e 6 pode auxiliar a compreensão dos problemas de gênero no mercado de trabalho. Considerando apenas o grupo de crianças que trabalham, a proporção de mães desempregadas é superior àquela proporção de pais desempregados. Tal número pode ser um indicativo das dificuldades que a mão-de-obra feminina encontra para ingressar no mercado de trabalho.

No Quadro 7 é apresentada a distribuição dos rendimentos por faixa etária. Considerando um salário mínimo de R\$ 180,00, os dados colhidos evidenciam que 22,13% recebem até meio salário; 7,63% recebem de meio salário até um salário mínimo, 2,29% recebem de um salário até R\$ 210,00 e 67,95% das crianças trabalhadoras não recebem remuneração. Conforme Kassouf (1999) e Kassouf (2000, 2001) o fato de as crianças trabalharem é importante para a família, pois, embora seus salários sejam baixos, a contribuição das crianças para a renda familiar é significativa, posto que a renda familiar também é muito baixa. Um estudo desenvolvido pela Unicef (1997) evidenciou que as crianças trabalhadoras de famílias pobres chegam a contribuir com 25% da renda familiar. Em vista disso, a renda adicional proporcionada pelo trabalho infantil torna-se indispensável para a sobrevivência das famílias.

Quadro 7: Distribuição de rendimentos por faixa etária (%)

Renda (R\$)	Idade				Total
	7-8	9-10	11-12	13-14	
10 a 90	1,53	4,57	11,46	4,57	22,13
91 a 180	1,53	0,77	0,76	4,57	7,63
181 a 210	-	-	0,76	1,53	2,29
Não recebem	13,74	22,90	20,61	10,70	67,95
Total	16,80	28,24	33,59	21,37	100,00

Fonte: Pesquisa realizada - junho 2001.

Quadro 8: Participação da renda gerada pelas crianças que trabalham na renda familiar

Crianças	Participação na Renda da família
31	10%
20	20%
26	30%
9	40%
3	60%
3	70%
9	100%

Fonte: Pesquisa realizada - junho 2001.

O Quadro 8 mostra da participação da renda gerada pelas crianças que trabalham na renda familiar. Evidencia-se que em 31% dos casos a contribuição é de 10%; em 26% dos casos a contribuição é de 30%; e em 9% dos casos a contribuição é de 100%, caso em que os pais estão desempregados ou o pai está desempregado e a mãe é do lar.

Embora o trabalho aumente a renda presente da criança, ele exige dedicação do tempo dela, o que tem como consequência um pior desempenho escolar e um comprometimento do seu desempenho futuro. A baixa escolaridade e a falta de acúmulo de capital humano, segundo Cavalieri (2000), são vistas como perpetuadores dos ciclos de pobreza. Na próxima seção, serão analisados os efeitos do trabalho infantil sobre a educação e a influência dos pais sobre a educação e o trabalho dos filhos.

3.2 Trabalho infantil e escolaridade

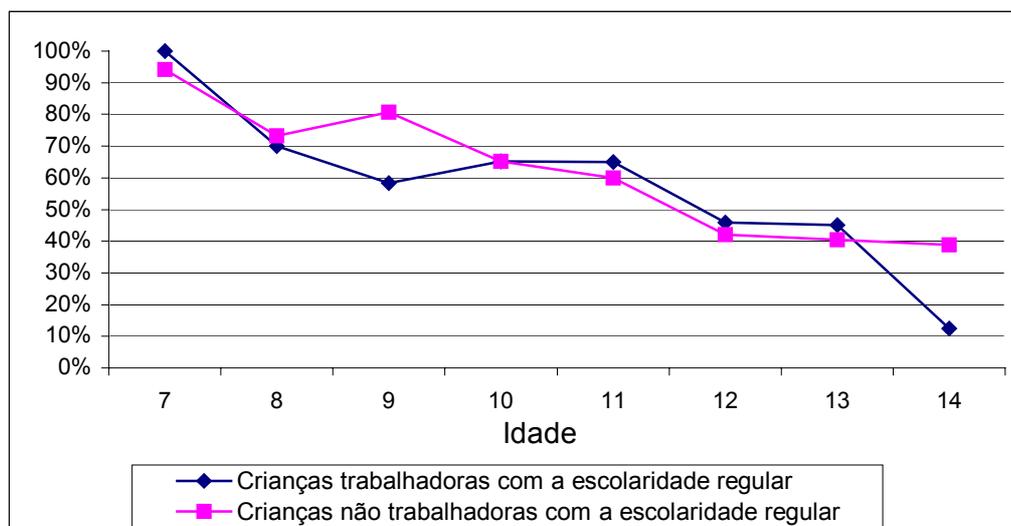
Na literatura existente sobre trabalho infantil a relação entre escolaridade e trabalho é um tema que vem recebendo grande atenção como podem ser observados nos estudos realizados por Kassouf (2000, 2001), Cavalieri (2000), Barros e Lam (1991) entre outros. Acredita-se que num contexto de baixa renda e baixo nível de educação dos pais esteja entre as variáveis responsáveis pelo baixo desempenho escolar, ao mesmo tempo que elas podem estar dando origem a necessidade do trabalho. Assim, uma questão que se levanta, diz respeito a qual relação de causalidade deve ser admitida: o baixo desempenho escolar causa o trabalho infantil ou será que o trabalho infantil que causa o baixo desempenho escolar? Uma resposta para essas questões é importante para que as ações de políticas com fins de erradicar o trabalho infantil sejam melhores implementadas. Por exemplo, segundo Barros (1997), os investimentos em educação trazem benefícios tanto para o indivíduo que investe em capital humano, como também para aqueles que o rodeiam. No que diz respeito ao indivíduo, este pode elevar seu salário, aumentar a sua expectativa de vida, reduzir o tamanho de sua família e, conseqüentemente, aumentar a qualidade de vida dela, reduzindo a pobreza futura. Trata-se de uma forma de quebrar o círculo de pobreza se ele existir.

No que tange às externalidades geradas, a educação contribui para formar cidadãos críticos e capazes de exigir que os seus direitos humanos e constitucionais sejam cumpridos, de obter liberdade de pensamento e opinião, participar de processos de tomada de decisões que influenciem diretamente na comunidade em que vivem e no país. Ela, a educação, faz com as pessoas estejam mais informadas e se tornem cidadãos ativos e conscientes de seus direitos. Em geral, elas possuem melhores perspectivas no mercado de trabalho e são trabalhadores mais produtivos e de fácil adaptação, requisitos essenciais para se obter sucesso como profissional desta economia globalizada em que vivemos. (Unicef, 1997)

De outro lado, a falta de educação é uma barreira para a redução da pobreza e da desigualdade social, o que dificulta a mobilidade social, inter e intrageracional. Estudos indicam que modificar o nível educacional da população adulta é tarefa difícil e lenta, o que demonstra a importância de as crianças adquirirem educação durante a idade escolar. Neste sentido, o trabalho infantil pode afetar diretamente a escolaridade do indivíduo, uma vez que este dedica o seu tempo livre ao trabalho e não aos estudos. Entretanto, dados da Pesquisa Mensal de Emprego –PME-, no período de 1982 a 1993, indicam que a taxa de aprovação das crianças independentemente de trabalharem ou não, é de 68%, enquanto a das trabalhadoras é de 50%.

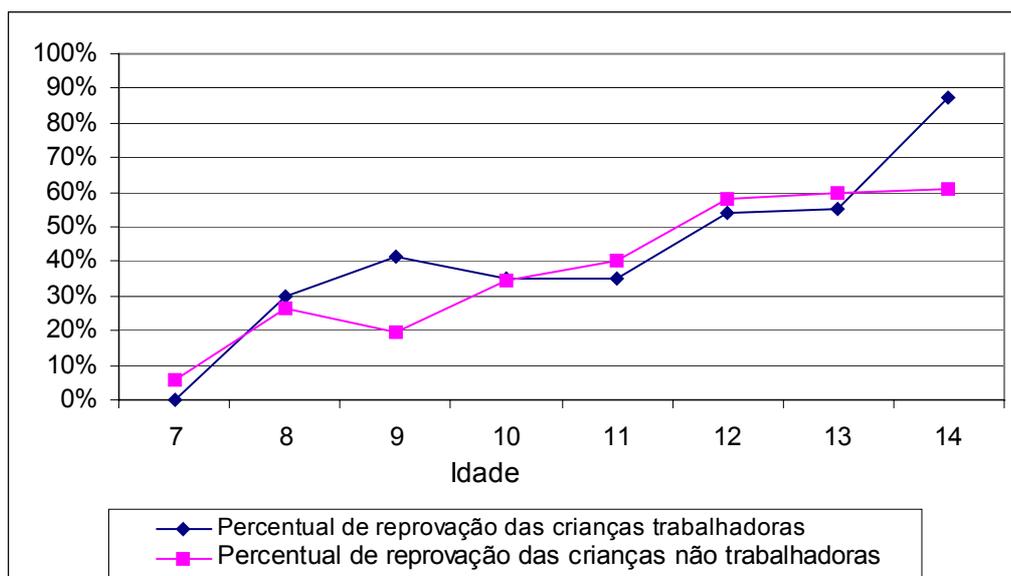
Os dados coletados, através da pesquisa realizada, evidenciam que a regularidade escolar das crianças trabalhadoras e não trabalhadoras apresentam um decréscimo com o aumento da idade, conforme o Gráfico 7. Duas razões podem ser levantadas para explicar esse comportamento: a primeira está associada a atratividade que o mercado de trabalho exerce sobre as crianças não trabalhadoras ao mesmo tempo em que ocorre um aumento na demanda dos empregadores das crianças trabalhadoras, uma vez que ambas possuem idade para entrar no mercado de trabalho formal.

Gráfico 7: Percentual de regularidade escolar das crianças trabalhadoras e não trabalhadoras



Fonte: Pesquisa realizada - junho 2001.

Gráfico 8: Percentual de reprovação das crianças trabalhadoras e não trabalhadoras



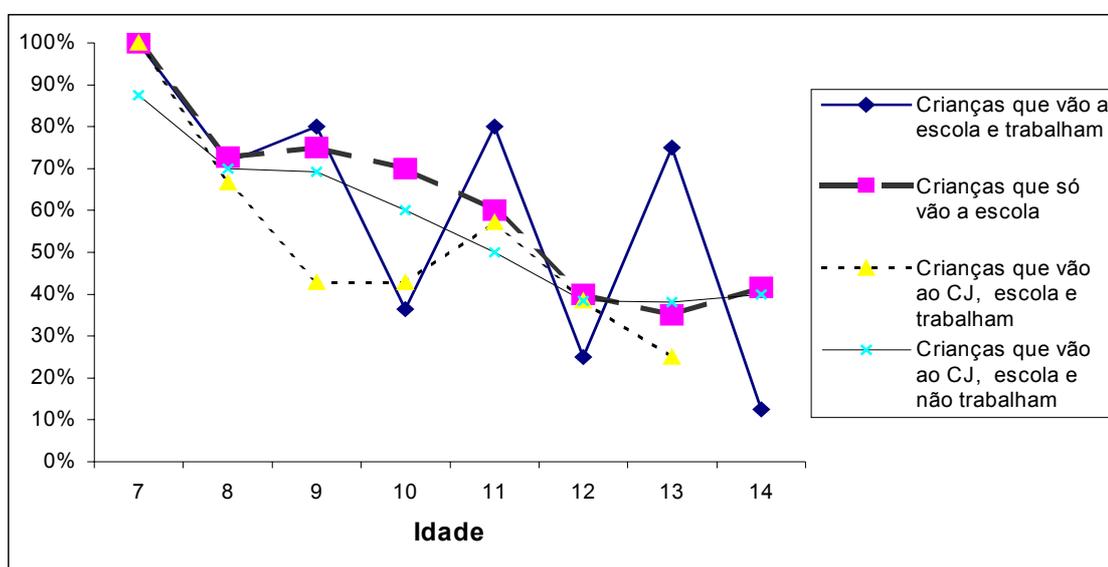
Fonte: Pesquisa realizada - junho 2001.

A segunda razão encontrada é o papel desempenhado pelo atraso escolar gerado pelas reprovações nos anos anteriores. Uma informação preocupante foi constatar que poucos indivíduos atingem a 8ª série com idade escolar de 14 anos. Em decorrência disso, a permanência na escola pode tornar-se menos atrativa que o mercado de trabalho e dar origem a uma relação positiva entre reprovação e aumento da idade. Uma evidência para tal, pode ser observada no Gráfico 8.

Com a finalidade de dar maior ênfase à questão da regularidade escolar, os grupos de crianças que trabalham e as que não trabalham foram desagregados em outras duas categorias, tendo como critério a origem junto aos Centros de Juventude da Assistência

Social Diocesana Leão XIII e escolas públicas. Dessa forma, obteve-se quatro grupos: *i*) crianças que apenas estudam; *ii*) crianças que trabalham e estudam; *iii*) crianças que estudam e no turno inverso estão no centro de juventude e *iv*) crianças que estudam, trabalham e no turno inverso estão no centro de juventude. Os resultados encontrados para essas categorias não apresentaram diferenças como pode ser observado no Gráfico 9, cuja tendência de decréscimo é a mesma para todos os grupos, ou seja, independente de estar trabalhando ou não, a evidência é clara. Existe uma tendência de queda na regularidade escolar dos grupos. Além disso, observa-se que o comportamento do grupo *ii*) está apresentando uma oscilação mais brusca na sua tendência. Contudo, o resultado é um indicador de que existe uma queda na aprovação com o aumento na idade. “...o trabalho infantil não pode ser responsabilizado pelo baixo desempenho escolar apresentado no Brasil. Isto porque a taxa de aprovação é pequena mesmo entre aquelas crianças que não trabalham” (Cavaliere, 2000).

Gráfico 9: Percentual de regularidade escolar dos grupos estudados



Fonte: Pesquisa realizada - junho 2001.

Uma importante informação e que reforça a atratividade do mercado de trabalho sobre as crianças de 14 anos é que no grupo das crianças trabalhadoras que vão ao Centro de Juventude não há crianças com essa idade, o que significa que o mercado torna-se bem mais atrativo do que a entidade social, embora se tenha encontrado crianças não trabalhadoras no Centro de Juventude com tal idade.

Outro fator analisado como causa da entrada dos menores no mercado de trabalho, é a influência da história de trabalho dos pais. Trata-se de uma relação simples, com resultados que preocupam, pois ela tem como objetivo buscar indícios da existência de ciclo da pobreza. Os Quadros 9 e 10 mostram o percentual de crianças de 7-14 anos que trabalham, de acordo com a idade com que os pais começaram a trabalhar. Conforme se verificou, a grande porcentagem de meninos que trabalham possui pai que começou a trabalhar com menos de 17 anos e mãe que começou a trabalhar com 14 anos ou menos. Já as meninas trabalhadoras têm pai e mãe que começaram a trabalhar com 14 anos ou menos.

Quadro 9: Percentual de crianças de 7-14 anos trabalhando ou não, de acordo com a idade com que as mães começaram a trabalhar

Gênero	Atividade	Idade em que o Pai começou a trabalhar (%)				Total
		9 anos ou menos	10-14 anos	15-17 anos	18 e mais	
Meninos	Trabalham	12,12	33,34	36,36	18,18	100
	Não trabalham	18,19	36,36	26,26	19,19	100
Meninas	Trabalham	6,52	45,65	28,26	19,57	100
	Não trabalham	13,21	52,83	19,81	14,15	100

Fonte: Pesquisa realizada - junho 2001.

Quadro 10: Percentual de crianças de 7-14 anos trabalhando ou não, de acordo com a idade com que os pais começaram a trabalhar

Gênero	Atividade	Idade em que o Mãe começou a trabalhar (%)				Total
		9 anos ou menos	10-14 anos	15-17 anos	18 e mais	
Meninos	Trabalham	12,91	38,71	29,03	19,35	100
	Não trabalham	9,18	37,76	31,63	21,43	100
Meninas	Trabalham	8,88	57,78	17,78	15,56	100
	Não trabalham	10,34	46,55	18,97	24,14	100

Fonte: Pesquisa realizada - junho 2001.

Estudos realizados por Kassouf (2000,2001), com base na PNAD (1995), identificaram que o maior percentual de crianças trabalhadoras possui genitores que começaram a trabalhar com quatorze anos ou menos, sem distinção entre mãe e pai. Contudo, as porcentagens apresentadas na tabela acima apontam diferenças na participação das crianças, no que refere à influência dos pais, pois o maior percentual de crianças trabalhadoras é aquele em que as mães começaram a trabalhar com 14 anos ou menos, o que pode ser explicado pela desestruturação familiar, fato percebido durante a pesquisa, ou seja, os casais se separam e as mães ficam com os filhos, logo a renda adicional proporcionada pelo trabalho da criança torna-se essencial para a sobrevivência da família, visto o salário da mãe não ser suficiente. A influência do pai ocorre de modo diverso, pois 52,83% das meninas, que possuem pais que começaram a trabalhar com 14 anos ou menos, não trabalham; por outro lado, 36,36% dos meninos trabalhadores possuem pais que começaram a trabalhar entre 15 e 17 anos, ou seja, os filhos começaram a trabalhar mais jovens do que os pais, o que configura a existência dos ciclos de pobreza.

4. Considerações finais

Após a realização da pesquisa evidenciou-se a existência de trabalho infantil no município de Passo Fundo e que essa participação aumenta com a idade. Os brancos são a maioria trabalhadora de 7-9 anos, entretanto, verifica-se uma queda na participação de brancos na faixa etária de 10-14, enquanto ocorre um expressivo aumento na participação dos negros e pardos.

O percentual de participação é maior para as meninas do que para os meninos, entretanto, quando se analisa o percentual de indivíduos remunerados, ele é maior para os meninos do que para as meninas, fato que é consequência da atividade doméstica, desenvolvida pela maioria das meninas em suas casa, onde substituem suas mães que trabalham fora. Os meninos atuam também como domésticos, além de serventes de

pedreiro e empregados rurais. Dos menores que recebem remuneração, mais de 50% recebem até meio salário mínimo. Essa contribuição para a renda familiar é muito importante, pois, em 26% dos casos, ela é de até 30%, e em 9% dos casos, ela é de 100%, sendo assim, ela se torna indispensável para a sobrevivência familiar.

A regularidade da escolaridade das crianças trabalhadoras e não trabalhadoras decresce com o aumento da idade, o que pode ser justificado pela atratividade do mercado, ou ser uma consequência das reprovações nos anos anteriores, pois constatou-se que poucos indivíduos atingem a 8ª série com idade escolar correta, ou seja, 14 anos, tornado permanência na escola menos atrativa que o mercado de trabalho.

Na análise do rendimento escolar das crianças que só estudam, que trabalham e estudam, que estudam e no turno inverso da escola estão no Centro de Juventude, e das que trabalham, estudam e no turno inverso da escola estão no Centro de Juventude, percebe-se que a tendência é a mesma para todos os grupos, ou seja, queda na aprovação com aumento da idade e aumento na reprovação com a idade.

Referente a influência dos pais sobre o trabalho dos filhos, evidenciou-se que as meninas e meninos trabalhadores têm mães que começaram a trabalhar com 14 anos ou menos. A influência do pai ocorre de modo diverso, pois 52,83% das meninas, que possuem pais que começaram a trabalhar com quatorze anos ou menos, não trabalham; por outro lado, 36,36% dos meninos trabalhadores possuem pais que começaram a trabalhar entre quinze e dezessete anos, ou seja, os filhos começaram a trabalhar mais jovens do que os pais, o que configura a existência dos ciclos de pobreza.

Um estudo² realizado pelo Conselho de Desenvolvimento da Região da Produção - Condepro - e Universidade de Passo Fundo – UPF -, apontou uma mudança na estrutura da população da região em que se insere o município de Passo Fundo, decorrente do êxodo rural que diminuiu o contingente rural de 60,64% em 1970, para 20,57% em 1996, o que acarretou uma necessidade de novos serviços e empregos no setor urbano. Entretanto, os setores de comércio, serviço e indústria não cresceram o suficiente para absorver toda essa mão-de-obra. Como consequência disso, os índices de desigualdade, concentração e pobreza aumentaram.

Essa observação é corroborada pelo cenário econômico constatado nesta pesquisa, quando ela evidenciou a importância do trabalho infantil para a renda familiar, seja permitindo que os pais saiam de casa para trabalhar, seja trabalhando com eles ou ainda quando a própria criança auferir remuneração pelo seu trabalho. Em qualquer um dos casos, percebeu-se que é difícil romper o ciclo de pobreza sem o acesso e permanência da criança na escola.

Referências bibliográficas

- BARROS, Ricardo e LAM, D. Income inequality in education, and the demand for schooling, IPEA, RJ, 1991.
- BARROS, Ricardo. A Desigualdade da Pobreza: Estratégias Ocupacionais e diferenciais por Gênero, IPEA, RJ, 1997.
- BARROS, Ricardo; SANTOS, E. Consequências de longo prazo no trabalho precoce. In: Fausto, A. e Cervini, R. O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. Cap. 2, Rio de Janeiro, 1991.
- BARROS, Ricardo Paes., MENDONÇA, Rosane, VELAZCO, Tatiana. Is poverty the main cause of child work in urban Brazil?, IPEA, RJ, 1994.

² Ver Montoya (1999).

- BARROS, Ricardo; MENDONÇA, Rosane, Investimentos em Educação e desenvolvimento Econômico, IPEA, RJ, 1997.
- BARROS, Ricardo; MENDONÇA, Rosane; DELIBERALLI, Priscila; BAHIA, Mônica. Trabalho Doméstico Infante-Juvenil no Brasil. São Paulo, 2000.
- BARROS, Ricardo; SILVA, Rosane. Infância e adolescência no Brasil: as conseqüências da pobreza diferenciadas por Gênero, faixa etária e região de residência. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, RJ, v.21, p. 355-376, 1991.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Trabalho Infantil no Brasil: Questões e Políticas, Brasília, 1996.
- CAVALIERI, Claudia. Trabalho Infantil e desempenho escolar, S.P, 2000. International Conference on Child labour, Oslo, 1997.
- KASSOUF, Ana L. Trabalho infantil no Brasil. Tese de Livre Docência. ESALQ-USP, mimeo.
- KASSOUF, Ana Lúcia, O Efeito do Trabalho Infantil para os Rendimentos e a Saúde dos Adultos, ANPEC, Rio de Janeiro, 2000.
- KASSOUF, Ana L. Trabalho infantil: escolaridade x emprego. **Economia**, Campinas, v. 2, 549-586, 2001.
- MONTOYA, Marco. descrição e previsão setorial do desenvolvimento econômico da Região da Produção entre 1970 e 2010. Passo Fundo, Ediupf, 1999.
- SILVA, Nancy; KASSOUF, Ana. O trabalho e a escolaridade dos jovens brasileiros, Qualidade de Vida, SP, 2000.
- SOCHACZEWSKI, Suzanna. Alguns equívocos do senso comum sobre o trabalho de crianças. In: **Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise**, IPEA, n. 8, RJ, 1998.
- RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2000.
- VILELA, Ruth. O Trabalho infantil no mundo. In: **Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise**, IPEA, n. 8, RJ, 1998.